

ANÁLISE DO DISCURSO DIGITAL

DIAS, C. (2018). *Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Pontes Editores, 202pp.

Ao ter sua primeira edição (2018) publicada apenas em formato impresso, o livro “Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo”, de Cristiane Dias, pensa o digital não como suporte tecnológico próprio de ambientes *online*, em seus aparatos múltiplos de telas, *touch screens* e teclas, mas como “materialidade”, isto é, como discursividade. É assim que, na compreensão dos discursos “pelo” digital e não “no” digital, o cerne da investigação sobre as formas de assujeitamento do início do século XXI é apreendido: em análises que levam a reflexões sobre os processos de constituição dos sentidos, de modo amplo, determinados pelo digital. Em sua busca pelo material, não reduzida ao empírico, a Dias não interessa aquilo que os *smartphones* podem fazer na prática, mas como são significados, ou seja, “pelos discursos que os significam como objetos de inclusão, status (...) em processos sociais em uma sociedade dividida” (p. 40). A reflexão é sobre os efeitos da relação do sujeito com dispositivos do dia a dia, como redes sociais, jogos e aplicativos (“sistemas lógicos portáteis” conforme Pêcheux, que se transformam em “sistemas lógicos digitais”, em Dias). Não ter saído em livro eletrônico é, desse modo, mais uma afirmação da “ordem” do digital.

Resultado de intensas pesquisas – na medida em que a trajetória acadêmica da autora é marcada pela inquietação frente a novas tecnologias de linguagem em sua relação com o sujeito e a história, desde seu primeiro “Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)” (2012), oriundo de sua tese de doutorado concluída em 2004 –, a publicação assume o digital como condição de produção político-ideológica do discurso. Tomado como objeto, é capaz de deslocar procedimentos do campo da análise do discurso, sem revisionismo nem dogmatismo.

O prefácio é de Eni Orlandi, para quem a façanha do trabalho é atingir a “ordem” do digital, por meio de sua compreensão desmistificadora, ao ultrapassar a mera observação da “organização”, que seria nada mais que uma taxonomia desse discurso. Ao ligar linguagem, análise do discurso e ciências humanas, Dias mostraria “uma grande compreensão do funcionamento da linguagem, do que é discurso e do que é digital”. Assim, buscaria “o entendimento de como o simbólico, na relação com o político, determina sentidos e também sujeitos. E o faz pela questão que investe em responder: como o digital significa. Este é o real, esta é a “ordem””, corrobora Orlandi. A contribuição analítica da autora é exposta por Orlandi, a responsável pela institucionalização da disciplina no Brasil, como um passo fundamental tanto para a teoria do discurso quanto para a tecnologia digital. Já na nota introdutória (p. 20), Dias frisa que não se trataria de uma “nova” disciplina. Desse modo, a força da publicação residiria na prática arguta da análise de discurso, da onde brotaria a profundidade e o prazer da sua leitura: “Pelos materiais que analisa, em suas várias naturezas digitais, pela reflexão que produz através das análises, pela maneira como conduz suas análises, ligando teoria, método, objeto, o que nos transporta para um estado de reflexão extremamente prazeroso, porque frutífero”, é o modo como qualifica Orlandi.

O livro é dividido em três partes maiores (“Sujeito, tecnologia e circulação”; “Arquivo, memória, espaço” e “Política, língua e escritura”).

A primeira parte destaca o lugar da circulação como “ângulo de entrada” para a compreensão do tema. “Isso circula”, em referência à fórmula lacaniana, nomeia o primeiro item que se desdobra em “algo fala” e em “isso pensa”. A trajetória vai da nascente indústria cultural dos anos 1930 vista por Benjamin pela “reprodutibilidade técnica” (“isso circula”). Passa pelos anos 1940 e 1950, nos quais a teoria da informação se desenvolve, com efeitos incontornáveis na formação das ciências, inclusive da linguística (“algo fala”). Chega, por fim, à “era digital”, no qual o futuro do imaginário do progresso é fabricado

pelas corporações estadunidenses, produzindo efeitos na vida dos sujeitos pela linguagem e pela ideologia (“isso pensa”).

Desse modo, nessa primeira seção, é feita uma historização de tecnologia, tomando, entre outros, Sigaut, Haudricourt, Sfez e Pinto, pensadores que não recalcam o humano, ou o político, da noção. O sentido estabilizado de tecnologia encontrado pela autora é o do sucesso. Além disso, haveria a ilusão dada ao sujeito como sendo origem de si e a determinação do que deveria ou não lembrar e esquecer, “corporeidades significantes, fragmentos de formulações da memória, vestígios da inscrição histórica do sujeito” (p. 63).

Em vez da proposição segundo a qual a máquina seria uma extensão do corpo, para a autora, o corpo seria uma extensão da máquina (p. 57), esta como promessa de superação das fragilidades do humano. Desse modo, Dias ultrapassa a utopia tecnológica e parte para uma investigação sobre onde os objetivos das corporações que fabricam esse futuro são subvertidos em prol das necessidades da vida em comum.

Assim, na segunda parte, “Arquivo, memória e espaço”, a pesquisadora elabora análises que dão escopo às reflexões da primeira. Sobre o arquivo, mira a relação do sujeito com a memória, na medida em que há uma injunção a arquivar – com Google Drive, Dropbox e as próprias postagens em redes sociais – e o deslizamento dos termos “esquecer” por “deletar” e de “lembrar” por “recuperar”. Orlandi pensa o “arquivo com memória”, ao pretender promover uma história das marcas deixadas no arquivo pelos leitores, desorganizando a leitura institucionalizada – objetivo buscado na organização do Fundo Michel Pêcheux, pertencente ao Centro de Documentação Urbana, da Unicamp. Ao passo que Dias, em movimento diverso, pensa na “memória como arquivo”, e não no “arquivo com memória”, pois quer saber sobre o funcionamento da memória regulada pelas grandes corporações através de seus algoritmos. Ou seja, a interessa a memória tornada dado.

“E quando o arquivo é o sujeito?” é a pergunta feita para uma compreensão das particularidades do sujeito na era digital. Episódio da série *Black Mirror* e filme *Her*, de Spike Jonze (2013) são analisados. Na série, a morte repentina do marido leva sua esposa a trazê-lo virtualmente de volta por meio de um *software* que lhe dá um corpo artificial a partir de tudo o que ele depositou na internet. Em *Her*, após uma separação, um solitário escritor adquire um sistema operacional presentificado por uma voz simulada, pelo qual se apaixona. Pelas análises, Dias mostra como a tecnologia produz afetos, porque o sujeito imagina realizar pela tecnologia, sem falha, o que lhe falta. O descompasso entre a completude da máquina e a incompletude do sujeito são apontados. Se amamos aquele que responde à questão “quem sou eu?” e se, para o *software*, sou tudo o que postei, só poderia me reduzir a ser uma atualização de dados. Ou seja, teria somente uma “memória metálica”, expressão cunhada por Orlandi para se referir à memória produzida pelas máquinas, pelo acúmulo, pelo retorno do dizer no intradiscorso, “o dizer repetidamente re-atualizado” (apud, p. 77). Porém, o sujeito não se reduz a isso. Constitui-se, aliás, pelo seu contrário: se a falha significa a inutilização da máquina, para o sujeito ela é “o lugar do possível, sua única possibilidade de vir a ser” (p.98).

“E quando o sujeito não cabe no arquivo?” é o título de outra seção e versa sobre resistência. São analisados movimentos que, para a autora, se esparramam da internet ao esticar “o tecido da cidade” (p. 100). Como um elástico, acomodam diferenças, mas, por outro lado, podem romper a malha urbana eventualmente. São objetos de análise a manifestação de hologramas de Madri contra projeto de segurança pública chamado de “ley mordaza”; movimento de professores do estado do Paraná contra alteração em sua previdência e mobilização de estudantes da rede pública estadual de São Paulo contra reorganização escolar, todos ocorridos em 2015. Dias diz trazer movimentos da sociedade – que seriam distintos de movimentos sociais organizados – assumindo, “talvez provisoriamente”, uma mudança nas formas de manifestação que ocorreriam “independentemente de uma organização centralizada e institucionalizada dos movimentos sociais, que passa pelo uso das

tecnologias digitais de linguagem” (p. 104). A autora não se detém em explicar em que medida essas manifestações, pelo menos no que diz respeito aos dois casos brasileiros, foram geradas sem suas organizações, APP Sindicato e grêmios estudantis. Entretanto, o digital se faz presente como instrumento de mobilização e como determinante dos sentidos na rua, por exemplo, em cartazes empunhados por estudantes com *hashtags*: “#não feche minha escola”.

Entre essas análises, que buscam materiais que afirmam formas de resistência, é lançada a noção de “memória digital”: “o lugar da contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva)”. (p. 105). Com isso, Dias admite a própria possibilidade de “reinventar o político e a política”, tomando Schaller (p. 118). Com “memória digital”, Dias dá escape à repetição metálica, esta que não se historiciza, inscrevendo-a no funcionamento do interdiscurso, ou seja, na história.

Nos termos da análise de discurso, a autora aponta que o digital faz a “articulação” urbana. Para Pêcheux, a articulação “*constitui o sujeito em sua relação com o sentido*”, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*” (apud, p. 107). Assim, o digital seria o discurso-transverso do urbano, a conectar metonimicamente seus elementos. No caso da manifestação composta de hologramas, por exemplo, não se trataria da substituição simétrica de pessoas pelos hologramas – pois pessoas são sujeitos de direito que poderiam ser responsabilizadas por se manifestar. Haveria uma substituição não simétrica, orientada, de pessoas por hologramas. Não uma relação de identidade, mas de perpendicularidade, de conexão: a emergência de um sujeito de dados. A partir desse passo teórico, de implantação da noção de memória digital, Dias instiga, movendo-se no terreno incômodo da contradição: “Seria, então, a manifestação de hologramas uma tentativa de reinvenção ou uma mostra visível do esvaziamento do político, um anestésico, uma

revolta confortável, um novo tipo de língua de vento, um fantasma digital nas mídias contemporâneas?” (p.118)

Em “A cidade como arquivo: mobilidade e sujeito”, a mobilidade é tomada como objeto visto que sinaliza contradições da instantaneidade e da ubiquidade dos dias atuais. Aqui, a mobilidade é pensada não apenas no espaço, mas no tempo. A mobilidade no tempo propiciada pela tecnologia geraria imobilidade no espaço? A autora sustenta que a mobilidade é definida pela conectividade dos dispositivos e sistemas, isto é, a conectividade determinaria outra forma de mobilidade: “o mover-se em rede, entre-nós” (p. 126). Ao colocar o sujeito urbano em relação com esses dispositivos, Dias propõe o termo “conectividade”: “(...) essa conectividade tem a ver com os laços sociais e com os processos de identificação dos sujeitos. Estar conectado importa mais que estar junto num espaço físico. Essa é a forma de significação da cidade contemporânea: conectividade”. (p. 127). O site feminista “Vamos juntas?”, por onde mulheres, em situações que representariam risco nas ruas, juntam-se a outras no mesmo caminho, é objeto de análise. A autora ainda se detém em análises que mostram duas formas diferentes nas quais o digital se relaciona com o ensino: canal YouTube Edu e manifestações de alunos e professores. No canal do site, é indicada uma articulação horizontal do conhecimento com o digital, num processo de descolamento do sentido da educação pela tecnologia, isto é, em que a historicidade é apagada. Já nas manifestações de professores e alunos em 2015, é detalhada uma articulação vertical em que há deslocamento dos sentidos. Em “hoje a aula é na rua”, há deslocamento dos espaços institucionais escolares por um esgarçamento do tecido urbano.

Na terceira parte do livro, “Política, língua e escritura”, a mobilidade reaparece, mas, agora, a autora tem foco voltado principalmente ao prosaico da vida. Em “A escritura de si como um gesto político ou o sujeito de dados”, Dias mostra a escritura do cotidiano – por exemplo, no funcionamento e na utilização maciça de aplicativos de trânsito/navegação como Google Maps – como constitutiva do sujeito contemporâneo. Dias leva a sério as

banalidades do dia a dia, assim como faz Hanna Arendt ao falar da banalidade do mal.

O esforço analítico volta-se, então, ao Facebook. A circulação dá eficácia ao sentido. Não à toa, diz-se “postar” em redes sociais. “O teclar é *com* alguém, o postar é *para* alguém” (p. 158). Entretanto, não há garantia de historicização. O excesso, o retorno do mesmo, muitas vezes caracterizado pela viralização, impede a significação na história. Ao enfrentar questão tão complexa, que marca inclusive o impasse político das esquerdas, a autora corajosamente pergunta: “Qual o funcionamento da memória na construção da narratividade pelas postagens no Facebook, considerando a própria maneira que o Facebook organiza essas postagens numa Linha do Tempo ou “as seleciona”, segundo critérios algorítmicos, num *feed* de notícias?” (p. 157)

Os “acontecimentos-nós” da Linha do Tempo amarram o sujeito disperso em uma unidade (nasceu, está em, começou a trabalhar, saiu do emprego...) marcando “o ponto em que a tensão completude-incompletude se estabiliza” (p. 167). Mas, se para Orlandi, a materialidade da cidade desorganiza o lugar totalizador do discurso administrativo, para Dias, a materialidade do digital também é desorganizadora, ao jogar o sujeito para fora do que é determinado pelo algoritmo. Essa desorganização ocorreria por comentários, muitas vezes conflituosos, e compartilhamentos que poderiam vir a produzir sentidos outros, em outras relações, considerando que o sentido é produzido justamente na relação.

Com a noção de narratividade como “o modo como a memória se diz”, conforme Orlandi (p. 156) e escrituração (escritura +ação) como sentido jurídico de atestação – ou seja, as postagens atestam a própria existência do sujeito – a autora apreende a memória digital em sua contradição: “a escrituração é o lugar onde esse resíduo pode ser observado. Não a escritura em si, mas a narratividade, pela maneira como a memória se diz, entre a captura do algoritmo e a liberdade do pensamento” (p. 161).

Após apresentar dessa maneira a problemática da regulação da vida pelas grandes empresas, Dias foca em questões especificamente brasileiras. “E quando o político não fala a nossa língua?” é o último capítulo.

Com epígrafe de Benveniste, que fala da instauração, pela linguagem, de “uma realidade imaginária (...) [que] traz de volta o que desapareceu” (apud, p. 171), a autora introduz o texto das últimas páginas. Apresentado em novembro de 2016 em evento na Unicamp, o texto é posterior ao impeachment de Dilma Rousseff. Impetrado por um golpe, a deposição traz tempos sombrios à memória e tal comunicação é produzida sob essas condições.

A língua é vista como um lugar de divisão, assim como a sociedade brasileira, dividida entre a elite e o povo. Se a revolução francesa não poderia deixar de implicar uma revolução linguística, conforme destaca Pêcheux, a língua é considerada uma arma de controle. O exemplo clássico disso está na ficção 1984, de Orwell, em suas descrições da novilíngua. Assim, usada por regimes autoritários, é capaz de anular o discurso do outro. Para isso, subtrai-se do debate, elimina a contradição. Esse tipo de “língua” é o que a análise de discurso tem chamado de “língua de madeira”, em referência à expressão usada quando o boi, acometido pela febre aftosa, tem sua língua endurecida.

Ao se ocupar do léxico, Dias destaca a polêmica do “presidenta”, utilizado por Rousseff e objeto de deboche pela presidenta do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia ao assumir seu posto: “Eu fui estudante e sou amante da língua portuguesa. Acho que o cargo é de presidente, não é não?”, ironizou à época.

Sobre a estrutura sintática, Dias observa o discurso oficial de Michel Temer na ONU sobre “proclamar a transparência” e “se proteger do falar das massas” (p. 176). Esse discurso é contraposto ao de Dilma Rousseff, também na ONU. Embora ambos se utilizem de “língua de madeira” própria de governos, Temer naturaliza a desigualdade ao falar abstratamente em “sociedade desenvolvida”

como “aquela que garante a igualdade de oportunidades” (p. 178), enquanto Dilma enumera fatos por indicadores econômicos. A autora mostra que palavras e modos diversos de construir os discursos fazem política na língua. Lembra que não apenas Lula, que sempre fora julgado como iletrado, Dilma também virara objeto de preconceito linguístico, expressão de alienação política. Dias destaca que a língua é lugar de preconceito e alienação, mas, passível de poesia, também pode ser lugar de resistência.

As últimas páginas são dedicadas a justamente compreender como os sentidos são silenciados, mas podem resistir, de certo modo. Em “A circulação e a dimensão técnica do silêncio”, ao se referir a “Memória saturada”, de Régine Robin, traduzido do francês por ela e por Greciely Costa, a autora apresenta a fragilidade do armazenamento digital: “imenso espaço, vertigem do infinito onde tudo acaba por se perder, esquecer, inexistir” (apud, p. 187). Problematisa essa contradição (do tudo armazenar e do tudo esquecer) com Orlandi na concepção de materialidade. Não se trataria dos documentos em si perdidos, nem das ilustrações das páginas de sites e blogs não mais encontrados, mas de vestígios de uma relação não coincidente entre memória, discurso e texto (p. 188). Com proximidade da noção de “tecnologia discursiva”, de Marie-Anne Paveau, com quem coordena uma rede franco-brasileira de análise do discurso digital, Dias distingue suporte e materialidade. Como dito no início desta resenha, sua análise não está restrita ao ambiente digital. Apresenta foto de cartaz na rua com o dizer: “#fora temer golpista” como maneira de confirmar que, mesmo fora do ambiente *online*, a construção da referência discursiva se dá, hoje, pelo digital. Entretanto, mais que a *hashtag*, ou o fato de ter encontrado essa foto no Facebook, a autora chama a atenção para a dimensão política desse complexo e, por isso, não coincidente.

Desse modo, para o último capítulo, a autora volta a tocar o fulcro de sua “memória digital” ao questionar o papel da circulação na “dimensão técnica do silêncio”. Se há memória metálica – aquela que retorna no intradiscurso pela atualização de dados, pelo excesso – o que empresta “corpo” à formulação na memória digital? Se, conforme

Orlandi, a dimensão política do silêncio é seu recorte pelo dizer, quando esse recorte é técnico ou tecnológico (ou seja, quando o algoritmo determina o que devemos lembrar ou esquecer) como fica o político?

O silêncio, próprio da circulação digital, é associado aqui à asfixia do sujeito em si mesmo. Multiplicidade de dispositivos urbanos produzem padrões e identidades para o mercado e algoritmos transformam cada clique em dados para a venda de mercadorias, enquanto a quantidade enorme de dizer “apequena e indistingue os dizeres na massa de outros” (p. 190). Bolhas, vigilância, instantaneidade: silenciamento de outros sentidos possíveis.

Se em “As formas do silêncio” (1992), de Orlandi, a dimensão política do silêncio (relativa ao recorte do dizer) é relacionada à formulação, horizontal, e a dimensão fundante do silêncio é relacionada à constituição, vertical, em “Análise do discurso digital”, Dias contribui com a teoria ao relacionar a dimensão técnica do silêncio à circulação. Assim, carrega a disciplina em uma leitura exaustiva e fecunda da mestra, ao nos fazer colocar reparo onde o sentido, silenciado, vinga, ou se vinga. Do inesperado cartaz empunhado na Globo contra o golpe à ironia do meme sobre as mesóclises de Temer (“cortar-lhes-ei os direitos trabalhistas”), a autora se pauta em Orlandi, para quem o Estado significa pela falha. Dessa maneira, diz que também a dimensão técnica do silêncio funciona pela falha, como “lugar do possível, do sentido a vir” (apud, p. 194). É assim que Orlandi, em seu prefácio, pode cancelar o esforço de Dias, sendo capaz de afirmar que, se resta sempre o desafio, “o passo teórico foi dado”.

Mariana Garcia de Castro Alves

Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual de Campinas